

Divulgação dessa métrica por parte das instituições financeiras permanece entre as piores, de acordo com a nova edição do estudo da EY sobre indicadores ESG

A métrica de biodiversidade e uso da terra segue como a segunda pior entre todas as avaliadas nos relatórios de divulgação de informações não financeiras de bancos, seguradoras e outras instituições, de acordo com a segunda edição do estudo da EY sobre o [reporte de indicadores ESG por esse mercado](#). Para chegar a essa constatação, foram analisados os relatórios de divulgação de informações não financeiras publicados em 2023, referentes a 2022. O levantamento utilizou uma amostra ampliada (em relação à edição anterior) do Brasil, com 21 instituições financeiras, sendo nove bancos, cinco seguradoras, dois neobancos, dois adquirentes, duas gestoras e uma cooperativa. Dessas, 11 IFs participaram da primeira edição do levantamento, o que permitiu fazer as comparações. Outra novidade é que foram incluídas 12 IFs do Chile, da Colômbia, do Peru e do México, sendo nove bancos, uma holding, uma seguradora e uma gestora.

“Ainda que tenham ocorrido avanços na agenda de biodiversidade por meio da criação da TNFD (Taskforce on Nature-related Financial Disclosures) em 2020 e, mais recentemente em julho deste ano, da divulgação de um framework conceitual para riscos financeiros relacionados à natureza pelo NGFS (Network for Greening Financial System), esses temas não estão definitivamente instituídos nos padrões de reporte de sustentabilidade. As IFs estão se desenvolvendo em relação a esses reportes, motivo pelo qual eles podem ser considerados embrionários”, diz Rafael Schur, sócio da EY e líder do segmento de Mercado de Serviços Financeiros para o Brasil.

Emissões de carbono

Já a métrica de emissões de carbono permaneceu relativamente estável, ainda na comparação com a primeira edição do estudo, o que indica que as IFs estão mais avançadas nesse trabalho de mensuração.

“Diferentemente da biodiversidade, os temas relacionados ao clima já estão mais presentes na regulação das IFs, especialmente dos bancos, e, a médio prazo, a expectativa é que as divulgações relacionadas a carbono avancem ainda mais por causa de dois fatores principais”, afirma Schur.

O primeiro, ainda segundo o executivo, pode ser creditado aos novos padrões do ISSB (International Sustainability Standards Board), que instituiu um reporte específico para as [divulgações relacionadas ao clima](#) (IFRS S2). Como essas normas foram recepcionadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), as companhias abertas estarão obrigadas a elas a partir de 2026, o que, na avaliação de Schur, “tende a se tornar um benchmark para as divulgações de sustentabilidade em todos os setores e segmentos econômicos”.

O segundo fator diz respeito à regulação bancária nacional em relação a risco climático e divulgações de sustentabilidade, que pode ser aprimorada em breve, considerando a consulta pública de número 100/24 concluída recentemente pelo Banco Central. “Há previsão de novas métricas para risco climático e uma possível utilização do padrão de reporte de sustentabilidade e clima do ISSB”, finaliza Schur.

Fonte: Agência EY, em 11.02.2025.